

O CONSERVADORISMO DO PB E O ENSINO DE LATIM: POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES

Luiz Henrique Milani QUERIQUELLI
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
luizqueriquelli@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho pretende oferecer uma síntese do debate em torno do suposto conservadorismo do português brasileiro (PB) e aventar algumas implicações positivas dessa questão para o ensino de latim no Brasil. A tese do conservadorismo do PB é bastante propalada entre os pesquisadores que debatem as diferenças entre a língua do Brasil e o português europeu (PE). Em suma, tal tese consiste em afirmar que grande parte das diferenças entre o PE e o PB se deve ao fato de que este último conservou aspectos do português arcaico, enquanto que o PE teria inovado em relação a eles. A primeira parte do trabalho apresenta o debate em torno da questão, discutindo questões epistemológicas subjacentes e analisando fatos fônicos e sintáticos que endossam a tese. A segunda parte discute possíveis implicações do conservadorismo do PB para o ensino de latim no Brasil, particularmente em cursos de Letras-Português. Esta parte pretende mostrar que parte dos conservadorismos do PB que o ligam ao PA estão diretamente relacionados ao latim. A partir disso, sugere que um ensino de latim capaz de salientar tais conexões pode dar mais sentido ao estudo dessa língua antiga a um estudante brasileiro e, ainda, contribui para que ele valorize sua própria língua, desfazendo o mito de que o PB deturpa o PE.

Palavras-chave: conservadorismo do português brasileiro; ensino de latim; formação de professores de língua portuguesa.

INTRODUÇÃO

Serafim da Silva Neto, pioneiro nos estudos de dialetologia no Brasil, em seus escritos, defendeu a tese do conservadorismo ou caráter arcaizante do português que se formou neste país. Quando falava em conservadorismo, no entanto, não fazia nenhuma abordagem moral da questão. Pretendia estritamente defender a ideia de que a nossa língua, de modo predominante, *conserva* características do chamado português arcaico (PA) – a língua que chegou à América, formada entre os séculos XIII e XV – enquanto que o português europeu, de modo predominante, ao longo de sua formação, *inova* as características daquela língua. Como pontua Noll (2008, p. 277), “Arcaicidade e inovação são categorias neutras, dependentes de uma variedade de referência que se orienta por alguma norma linguística.”

Seguindo princípios da dialetologia românica tradicional, Silva Neto (1960; 1975) concentrou-se principalmente em aspectos fônicos e lexicais do português. Sua tese foi muito debatida desde então e veio a se tornar um lugar comum entre os que estudam as diferenças entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE). Celso Cunha, por exemplo, em um artigo de 1986, retomou essa questão, acrescentando-lhe fatos sintáticos, além dos fônicos e lexicais que Silva Neto já havia levantado.

Em 1994, William Labov, fundador da linguística variacionista, explicitou um princípio que, até então, era apenas inferível de suas formulações teóricas: o princípio

uniformitarista, segundo o qual “o conhecimento dos processos que operaram no passado [de uma língua] pode ser inferido pela observação dos processos em andamento no presente.” (LABOV, 1994, p. 21). Isso deu novo impulso para os defensores do conservadorismo do PB.

Scherre e Naro (2007), aproveitando-se do novo espaço aberto por Labov, verificaram que certas características típicas do PB já existiam em textos do período arcaico e ainda existem atualmente em Portugal, em regiões rurais onde se encontram variedades sem prestígio, diferentes do PE padrão. Defendendo que os colonizadores portugueses que vieram não falavam a variedade de prestígio, própria da corte portuguesa da época, mas sim variedades marginalizadas que já possuíam o germe das características que vieram a se exacerbar no Brasil ao longo de sua história, Scherre e Naro radicalizam a tese do conservadorismo. Rebatendo os que defendem que as diferenças do PB popular para o PE padrão devem-se à ação das línguas indígenas e africanas em nosso território especialmente entre os séculos XVI e XVII, Scherre e Naro (ibid., p. 157) afirmam:

[...] no Brasil não existem características estruturais novas induzidas pelo contato entre línguas ou pela nativização do português entre os segmentos de falantes de outras línguas e seus descendentes. Praticamente todas as estruturas alegadas como exclusivamente brasileiras têm sua existência confirmada em dialetos rurais ou não padrão de Portugal.

A historiadora Mattos e Silva, apesar dos dados qualiquantitativos apresentados por Scherre e Naro, resiste em aceitar a tese em questão. Para ela, o aspecto fônico é mesmo relevante – a propósito, o próprio Instituto Camões reconhece o conservadorismo brasileiro nesse ponto¹ – porém, de modo geral, considera irrelevante falar em conservação ou inovação, criticando especialmente aqueles que “avaliam como prestigioso ser conservador o português brasileiro” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 134).

A propósito da crítica de Mattos e Silva, concordo que não há necessariamente nenhum motivo de orgulho em conservar características arcaicas da nossa língua. Entretanto, desde Silva Neto (1960) até Scherre e Naro (2007), todos os que defenderam com algum rigor científico a tese do conservadorismo do PB explicitaram que falar em conservadorismo não tem nada a ver com prestígio ou desprestígio da variedade popular falada no Brasil. Tais pesquisadores só lançaram mão dessa dicotomia (conservação/inovação) porque entenderam que ela era conveniente para explicar por que o PB é diferente do PE. Quando Scherre e Naro (2007, p. 155) chamam a atenção para “a mudança de ritmo que lá [em Portugal] se processou a partir de meados do século XVIII e que faz com que o português europeu não seja mais sentido auditivamente como uma língua românica”, estão sugerindo, entre outras coisas, que o PB conservou sua latinidade mais do que o PE. Isso tem implicações relevantes para entender o estado da nossa língua, prever mudanças, legitimá-las etc.

Além disso, acredito que a questão pode ser vista por um ângulo ligeiramente diferente. Portugueses sugerem de modo recorrente que nós desvirtuamos “a língua deles”. Carentes de autoestima e independência linguística, muitos brasileiros aceitam passivamente essa crítica e debatem-se entre si para ver quem aplica melhor as regras da gramática portuguesa. Entretanto, sabendo que nossa língua é conservadora em relação ao PA, isto é, sabendo que, a partir do século XV, essa língua se desenvolveu – ou estagnou, como defende Silva Neto – de uma maneira do lado de cá do Atlântico e de outra do lado de lá, e que nós

¹ “[...] a língua que os portugueses falavam no século 16, no início da colonização, tinha um sistema de vogais menos reduzido do que a norma actual do Português Europeu, era mais próxima da norma brasileira. **Este é um dos vários casos que se poderiam apresentar como exemplo de um aspecto mais conservador na variedade brasileira do que na portuguesa**, ainda que muitas vezes esta última variedade seja considerada mais correcta.” (INSTITUTO CAMÕES, 2006, grifo meu).

conservamos muitos aspectos que chegaram aqui, enquanto que lá muitos desses aspectos foram modificados, podemos enxergar e entender nossa língua de outra maneira, assumindo aspectos conservadores que, na atual norma europeia, são considerados errados. Ou seja, entender essa questão pode nos conceder justificativas para diversos pontos polêmicos da nossa gramática, e isso tem consequências diversas, sobretudo para a educação.

Neste artigo, tentarei relacionar alguns dos principais aspectos supostamente conservadores do PB em relação ao PE e levantarei a hipótese de que isso pode ter implicações interessantes ao ensino de latim no Brasil. Pelas limitações deste trabalho, deixarei de lado os conservadorismos lexicais, que, embora sejam significativos, são estruturalmente menos relevantes do que os aspectos fônicos e os sintáticos. Antes, porém, de passar a esses aspectos, considero conveniente esclarecer onde essa discussão se encaixa dentro do debate maior sobre as diferenças entre o PE e o PB.

1. EVOLUCIONISTAS, CRIOLISTAS E INTERNALISTAS

Conforme já mencionei, Scherre e Naro (2007) são contrários àqueles que defendem que as diferenças do PB popular para o PE padrão devem-se à ação das línguas indígenas e africanas em nosso território. Por trás disso, estão duas perspectivas teóricas em disputa: a teoria da deriva, da qual Scherre e Naro tomam partido, e a teoria crioulista. Ambas estão, ainda hoje, no centro do debate, porém houve ainda uma terceira perspectiva, já obsoleta: a teoria evolucionista, também chamada de naturalista ou de biologismo linguístico.

Esta última perspectiva ganhou adeptos no século XIX, na época do Romantismo, quando a teoria evolucionista de Darwin era a sensação do meio científico. Movidos por um ímpeto nacionalista e ufanista, os biólogos linguísticos acreditavam ser o PB a evolução do PE, assim como o PE teria sido a evolução do latim vulgar (CASTILHO, 1999). Monteiro Lobato (1938 apud MELLO, 1971, p. 19), a propósito, chegou a afirmar: “Assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português. O processo formador é o mesmo: corrupção da língua-mãe. A cândida ingenuidade dos gramáticos chama corromper ao que os biólogos chamam evoluir.”

Entretanto, logo, muitos ataques a essa corrente mostraram que a língua não é um fato biológico, mas um fato social, sujeito também a arbitrariedades humanas e não apenas ao determinismo da natureza. Até mesmo William Whitney – eminente defensor do positivismo linguístico, autor de Darwinismo e Linguagem, uma das principais inspirações dos biólogos – asseverou:

[...] a linguagem não é um feito natural, uma propriedade biológica, mas um fato social. É preciso reconhecer a sociedade como árbitro soberano pelo qual se decide a questão de saber se uma inovação passará à língua. É preciso que alguém comece: se não o seguem, está abortada (WHITNEY, 1867 apud CASTILHO, 1999, p. 242).

Como nota Castilho (1999), Whitney, a propósito, antecipou muitas afirmações da atual sociolinguística ao sugerir que

do trabalho imperceptível de alteração da língua, realizado pelo falantes, cujo conjunto lentamente modifica o todo, decorrem variações de ordem geográfica e social, estas diretamente associadas à profissão, grau de educação, idade e classe social (WHITNEY, 1867 apud CASTILHO, 1999, p. 242).

Uma vez que o biologismo linguístico caiu na obsolescência, passaram a concorrer entre si apenas as hipóteses crioulista e internalista. A primeira supõe que as diferenças do PB

em relação ao PE decorrem principalmente do contato entre línguas (indígenas e africanas, de modo especial) havido na fase de colonização do Brasil. A segunda, embora não ignore a agência de outras línguas na formação do PB, tenta mostrar que suas características particulares (ou suas diferenças em relação ao PE) respeitam fatores internos, estruturais; isto é, seguem tendências que a própria língua já insinuava antes mesmo de cruzar o Atlântico.

A hipótese crioulista – defendida por Castro (1967), Holm (1987), Baxter (1992), Lucchesi (1994), entre outros –, ainda que não seja incabível, dadas as condições históricas da formação do PB (no Brasil, houve contato massivo de línguas por séculos), vem sendo sistematicamente atacada por diversos autores. Estes têm buscado provar com dados e argumentos de diferentes naturezas que, apesar de tudo contribuir a favor, não há nada no PB que possa ser considerado resultado de crioulistização; no máximo, podemos considerar que certas tendências do português foram catalisadas com o contato de línguas. É o que, cada qual ao seu modo, sugerem Mcworther (1999), Parkvall e López (2003), Schere e Naro (2007), Noll (2008), entre outros.

A tese do conservadorismo do PB, com a qual estou de acordo e que pretendo explorar aqui, naturalmente, decorre da teoria internalista – mais especificamente, da teoria da deriva linguística. Essa noção, de deriva linguística, surgiu com Edward Sapir, que, em uma de suas principais obras, fez as seguintes observações:

[...] a língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva. [...] Embora não percebamos, nossa língua tem uma inclinação [...], as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis no presente (SAPIR, 1921, p. 150-155 apud SCHERRE; NARO, 2007, p. 26).

Tal percepção de Sapir veio a ser endossada pela linguística sócio-histórica nas décadas seguintes. Enquanto trabalhos de diversos sociolinguistas no Brasil evidenciaram uma série de mudanças em curso no PB, linguistas históricos mostraram que muitas dessas mudanças possuem precedentes ou são paralelas a fenômenos já existentes no PA e no latim.

Além disso, outro fato que corrobora a hipótese conservadorista é a estagnação de diversas tendências que não só o PB apresentou, mas também o castelhano das diversas colônias espanholas da América Latina desde de que atravessou o Atlântico. O português e o espanhol foram transplantados para a América; aqui, em um contexto completamente novo e radicalmente diferente, as mudanças que vinham ocorrendo em ambas as línguas havia séculos em solo europeu tiveram de estacionar para que a língua se adaptasse às novas condições. Essa hipótese foi formulada de modo variado por diferentes autores. Silva Neto (1950, p. 188) fala em isolamento cultural, desenfranzamento de sincronias, ossificação do idioma e fratura na transmissão linguística:

Tais áreas arcaizantes estão muito afastadas dos grandes centros, já por causa de obstáculos naturais: um rio, uma cadeia de montanhas, já por falta de comunicações. Há lugares que nunca viram um automóvel! Portanto o *isolamento* facilitou a *estagnação* da língua, mantendo-se, pelo Brasil adentro, verdadeiras *ilhas culturais*. Algumas têm, até, caráter especialíssimo, extra-romântico. [...] Confirma-se, pois, o princípio de que as áreas mais isoladas são mais arcaicas. [...] A língua é uma sucessão de fases, de continuidades: cada fase é resultante das anteriores. Ora, viajando para o Brasil, o português foi desarraigado. Provocou-se, desse modo, um desenfranzamento de sincronias, do que resultou a *ossificação* do idioma. Houve, em suma, *uma fratura na transmissão linguística*. Essa fratura foi menor no litoral e muito maior no interior.

Do ponto de vista social, isso é bastante compreensível. Certamente – e a documentação migratória comprova isso – não foi apenas uma comunidade linguística que chegou ao Brasil, por exemplo, mas sim várias e distintas comunidades, com diferentes falares. Uma vez postos em contato, sem que pudessem usar seus dialetos naturalmente, aqueles aloglotas em solo brasileiro tiveram de buscar um denominador comum para que se entendessem mutuamente. Essa língua comum construída no Brasil, até se estabelecer e alcançar gerações de falantes, de alguma forma arrefeceu e teve sua evolução retardada em relação à língua que continuou seu curso normal na Europa.

1.1. PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS

Tanto a hipótese crioulista quanto a teoria da deriva, porque são minimamente cabíveis, ainda se encontram vivas no debate e têm sido igualmente exploradas. Entretanto, as versões fortes de ambas têm sérios problemas epistemológicos. Não pretendo entrar em detalhes, mas – grosso modo – é possível dizer que a versão forte da teoria crioulista afirma que *necessariamente* as diferenças do PB decorrem de um processo de crioulização (tendo o português como substrato e principalmente línguas indígenas e africanas como superestrato). A condição necessária dessa hipótese é quebrada quando se verifica que todos os fenômenos supostamente resultantes da ação de línguas africanas na formação do PB alegados por Holm (1987), por exemplo, existem de modo idêntico em muitas outras línguas, latinas e não latinas, que jamais tiveram, em seu processo de formação, contato massivo com alguma língua africana, como é o caso do sueco² (PARKVALL; LÓPEZ, 2003).

O filólogo e dialetologista alemão Volker Noll (2008, p. 290), tendo examinado e comparado exaustivamente as pesquisas ligadas a esse debate, afirmou:

As teses de influências externas específicas no desenvolvimento do português brasileiro não são verificáveis. Isso vale, de igual modo, para a influência africana, no sentido de uma antiga crioulização [...], para as influências indígenas ou africanas fora do vocabulário [...], para a suposta predominância das variedades meridionais do português europeu na formação do português brasileiro [...], para a alegada influência da Corte portuguesa na difusão do chiamo no rio de Janeiro [...] e para a assumida influência açoriana em Santa Catarina.

Isso sugere que tais fenômenos estão ligados a universais linguísticos ou, ainda, que fazem parte da deriva de uma série de línguas afins. Nesse ponto, porém, essa segunda hipótese – embora atraente – começa a ficar etérea e impalpável, o que dificulta testes de

² O argumento apresentado por Parkwall e López (2003, p. 133) é o seguinte: “O sueco (idioma que escolhemos simplesmente por ser esta a primeira língua de um dos autores, mas poderíamos chegar às mesmas conclusões utilizando muitas outras línguas) é uma língua que não passou por formas extremas de contato linguístico. Durante os últimos 800 anos, os seus falantes reduziram o sistema de gênero de três a dois gêneros gramaticais, deixaram de usar as flexões de caso para o acusativo e o dativo, abandonaram totalmente os paradigmas do subjuntivo e do condicional, deixaram de marcar a concordância de pessoa e numero nos verbos (isso fez com que o numero de formas nos paradigmas que restam tenha sido reduzido de seis a um). A ordem das palavras estabilizou-se como SVO com V2, substituindo a ordem anterior que era SOV, e os pronomes de sujeito tornaram-se obrigatórios. Na fonologia, as fricativas interdentais /θ, ð/ foram substituídas pelas equivalentes dentais /t, d/, e constatamos a palatalização das implosivas que precedem as vogais altas anteriores, à semelhança do PVB. Alguns dialetos abandonaram as vogais anteriores arredondadas. O processo levou aproximadamente três séculos mais do que o período de formação do PVB, mas as reduções não são menos radicais do que as apresentadas na maioria das variantes do PVB. Sem dúvida, ninguém afirmaria que este é um fato a ser considerado como “provas abundantes” para demonstrar que o sueco é descendente do são-tomense. O sueco não é uma língua de contato e, portanto, nunca poderia ser classificado na mesma categoria que os semi-crioulos, nem mesmo pelos mais fervorosos defensores de uma hipótese de semi-crioulização no Brasil.”

falseamento e, logo, sua verificação científica. Eis o ponto falho da versão forte da teoria da deriva: o que é exatamente a deriva de uma língua? Como enxergar a deriva e submetê-la a uma apreciação objetiva se o próprio Sapir afirmou que as inclinações de uma língua e as mudanças pelas quais ela passará no futuro são imperceptíveis no presente?

Podemos não dispor de muitos recursos para prever os caminhos que uma língua percorrerá, mas podemos tentar recuperar os caminhos que ela já percorreu e tirar conclusões disso. Portanto, parece-me que, para tentar encontrar uma resposta para o que é a deriva, a linguística histórica, a filologia e outras abordagens diacrônicas se apresentam como alternativas cabíveis, ainda que potencialmente fracas diante da imensidão de dados linguísticos inacessíveis por causa do efeito do tempo.

Por outro lado, o já mencionado princípio uniformitarista de Labov (1994) contribui com a teoria da deriva, dispensando a necessidade de dispor de vastos registros históricos para entender a deriva de uma língua, ao permitir que se infira o passado dela pelos processos em curso no presente. Se esse princípio estiver correto, podemos inferir a deriva do PB apenas a partir de resquícios de seus antepassados linguísticos tendo como contraponto estudos variacionistas sincrônicos. Em partes, é o que vêm tentando fazer Marta Scherre e Anthony Naro.

Enfim, embora as versões fortes de ambas as teorias apresentem problemas epistemológicos, entre (1) garimpar a genealogia do PB e analisá-la à luz dos processos em curso – a fim de encontrar explicações para suas mudanças estruturais e vislumbrar a sua deriva – e (2) insistir em supor que o PB é um crioulo – sendo uma língua tão jovem e tão próxima às suas irmãs europeias; tão gramaticalmente românica –, fico com a primeira opção.

2. CONSERVADORISMOS FÔNICOS

Destacarei aqui três características fônicas do PB que têm sido usadas para afirmar seu conservadorismo. São elas: a manutenção das vogais átonas; a manutenção dos ditongos /ej/ e /eĩ/; e o não desenvolvimento da oposição entre /a/ e /ɐ/ para dissolver a neutralização entre presente e pretérito perfeito do indicativo na 3ª do plural. Todas essas características estão relacionadas à seguinte constatação de Noll (2008, p. 280): “o vocalismo brasileiro, em comparação com o europeu, se apresenta com traços essencialmente conservadores, enquanto o consonantismo está permeado de inovações.”

2.1. VOGAIS ÁTONAS

Do século XVIII em diante, o PE sofreu uma redução das vogais átonas, tanto das pretônicas quanto das postônicas (TEYSSIER, 1997, p. 56-63 e 82). Atualmente, em Portugal, existem as vogais postônicas não finais /i/, /e/ (realizado como [ɛ] ou [ə]), /a/ (realizado como [ɐ]), /o/ (realizado como [u] ou [ɔ]) e /u/. As formas [ə] e [ɐ] são reduções postônicas não finais que o PB desconhece, consideradas inovações do PE.

Em posição final, observa-se também a redução de /e/, /a/ e /o/ para, respectivamente, [ə], [ɐ] e [u]. Em posição pretônica, observam-se as seguintes vogais: /i/, /e/ (realizado como [ɛ] ou [ə]), /a/ (realizado como [ɐ]), /o/ (realizado como [o], [ɔ] ou [u]) e /u/. Segundo Gonçalves e Basso (2010), no PE, justamente devido a essa evolução de seu sistema vocálico, há ainda diferenças entre “pregar”, fixar com pregos, que se pronuncia [prə'gar], e cuja origem remonta ao vocábulo latino *plicāre*, e “pregar”, dar um sermão, que se pronuncia [prɛ'gar], e cuja origem remonta ao vocábulo latino *praedicāre*.

É principalmente essa redução das vogais do PE que dá a impressão aos ouvidos brasileiros de que eles “comem as sílabas” ou “falam mais rápido”.

O enfraquecimento das vogais átonas deu mais saliência às vogais tônicas, fazendo com o português europeu tenha sua prosódia particular. (GONÇALVES; BASSO, 2010, p. 110).

Esse é um dos pontos centrais da tese do conservadorismo do PB, pois há fortes indícios de que o PA, como o PB ainda o faz, não reduzia as vogais átonas. Fernão de Oliveira, primeiro gramático da língua portuguesa, diz, em 1536, que os portugueses falavam como homens assentados e com grande repouso. Confirmando Fernão de Oliveira, Celso Cunha (1986, p. 204), embora questione a tese do conservadorismo do PB em certos aspectos, afirma que os portugueses arcaicos falavam “com fundamento no exame perfunctório da métrica do tempo”.

O trabalho de Yeda Pessoa de Castro (2001) tenta atacar esse ponto, alegando que – da mesma forma que se pode explicar a não redução das vogais do PB dizendo que ele conservou essa característica do PA – também é possível dizer que isso aconteceu por conta da influência das línguas africanas que vieram ao Brasil. A maior parte das línguas que os escravos trouxeram consigo da África para o Brasil pertencia ou à família Banto ou à família Kwá. A estrutura silábica das línguas dessas famílias tendia predominante ao padrão universal CV (consoante-vogal). Segundo a autora, não havia vogais alteadas e centralizadas nessas línguas – como veio a haver no PE. Portanto, ela defende que o fato de o PB resistir à redução das vogais deve ser creditado à influência que recebeu das línguas africanas, e não a uma suposta tendência a conservar características arcaicas.

Seja ele conservador ou africanizado, o fato é que o PA e o PB apresentam essa mesma característica fonético-fonológica, e o PE já a transformou.

2.2. DITONGOS /ej/ E /ẽj/

Ainda com relação às vogais, no século XIX, inovações fonéticas nas faixas portuguesas onde não havia o monotongo levaram o ditongo /ej/ a se transformar em /aj/ e o ditongo /ẽj/ a se transformar em /ãj/. Assim, tornou-se possível aos lusitanos rimar bem com mãe; e pronuncia-se “peito” como [‘pɛjtu]). Isso não acontece no PB, que conserva a pronúncia arcaica.

Barreto (2008, p. 57) observa que no poema “O menino da sua mãe”, de Fernando Pessoa, “pode-se observar uma rima perfeita entre ‘tem’ e ‘mãe’. Tal alteração fonética, contudo, nunca foi copiada por brasileiros em sua fala, quer formal ou informal”.

2.3. OPOSIÇÃO ENTRE /a/ E /ɐ/

No paradigma tradicional da língua portuguesa, no plano morfológico, ocorre neutralização entre as formas da 1ª pessoa do plural do presente e do pretérito perfeito do indicativo. No plano fonético-fonológico, o PE desenvolveu uma oposição entre /a/ e /ɐ/ a fim de dissolver essa neutralização. Assim, tornou-se possível marcar a distinção entre pescamos, por exemplo, no presente (a vogal tônica é [ɐ]) e pescámos no pretérito perfeito (a vogal tônica é [a]).

Gonçalves e Basso (2010) observam que, em Portugal, essa distinção já havia sido notada por João de Barros em 1540, embora ainda não estivesse consolidada. “Parece que só a partir do século XVII para o XVIII essas mudanças fônicas começam a ocorrer efetivamente no português europeu.” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 135). O que se pode supor, a partir disso, é que, em certas variedades do PA, essa mudança não havia se manifestado; talvez, foram essas as variedades que predominaram na formação do PB, e, assim, tal neutralização foi conservada mesmo no plano fonético-fonológico.

2.4. OUTROS ASPECTOS FÔNICOS

Cabe citar, ainda, outros cinco conservadorismos fônicos observados por Noll (2008, p. 278) que, embora tenham relação com o princípio geral da vocalização conservadora do PB, diferem-se dos três aspectos já expostos:

- a manutenção das plosivas sonoras ([b d g]), que no *standart* europeu, no século XVI, se tornaram fricativas ([β ð γ]);
- a manutenção da nasalização heterossilábica (*cama* (ˈkã.ma)), que foi abandonada no português europeu do século XVI ([ˈka.ma]) e que hoje só existe regionalmente;
[...]
- a conservação tendencial do nexa <ou> [o□ o] (<lat. <au>) em lugar da alternância com <oi> no português europeu, que remonta aos séculos XVI e XVII;
- a manutenção regional de [(t r)] <chave> (nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, e sobretudo Mato Grosso), que, no português europeu (exceto no Norte) perdeu, no século XVII, o seu componente plosivo ([r]);
[...]
- a conservação regional de alveolar /s/ implosiva, que se palatalizou no português do século XVIII ([r]), assim como a realização análoga do encontro -sc- (*descer*: PB [s] vs. PE [s r]);

3. CONSERVADORISMOS SINTÁTICOS

O plano sintático revela algumas das diferenças mais intrigantes entre o PE e o PB. A seguir, comentarei sete aspectos de sintaxe que têm sido ou podem considerados conservadorismos do PB. São eles: a próclise do pronome átono; a variação da concordância; o uso da preposição em com verbos de movimento; o uso do artigo diante de possessivo adjetivado; a perífrase formada por estar, andar, viver etc. + gerúndio; a rejeição ao objeto direto preposicionado; e a negação repetitiva.

Antes de entrar em detalhes, no entanto, julgo pertinente observar que, grosso modo, em termos sintáticos, o PB difere-se do PE porque admite diferentes tipos de variações, enquanto que o PE padrão é categórico nos usos. O que tem sido demonstrado, combinando estudos dialetológicos portugueses e brasileiros, e estudos filológicos, é que o PA era flexível e permitia as mesmas variações que permitem hoje o PB e certas variedades não padrão do PE. A variação da concordância, por exemplo, nas palavras de Scherre e Naro (2007, p. 155), “representa uma deriva latente, de longo prazo, documentada até mesmo antes da fase clássica do latim e das línguas europeias que o precederam”. Portanto, nessa perspectiva, manter tais possibilidades de variação, manter tal flexibilidade, significa ser conservador, ao passo que a variedade padrão de além-mar inovou-se, enrijecendo sua sintaxe e tornando, assim, categóricos certos usos.

3.1. PRÓCLISE DO PRONOME ÁTONO

A próclise do pronome átono é bastante corrente no PB, até mesmo em enunciados em que, categoricamente no PE, a ênclise é exigida. Essa questão é muito debatida desde o século XIX e, atualmente, é rotulada de “posição dos clíticos”. Mattos e Silva (2004), embora não se declare favorável à tese do conservadorismo, reconhece que o plano sintático apresenta de fato muitos traços aparentemente conservadores. Segundo ela, “no século XVI, os clíticos se tornaram mais proclíticos na documentação quinhentista que na arcaica e, no correr da história do português europeu, a ênclise voltaria a ser privilegiada” (ibid., p. 136). Considerando que, justamente nessa época em que a língua se tornou proclítica, o Brasil

recebeu um grande influxo de colonizadores, tal tendência trazida pode ter se perpetuado aqui, enquanto que lá foi dirimida – ao menos na variedade padrão.

A tendência proclítica, porém, já se fazia presente de modo significativo desde o início do período arcaico. Eidelwein (2010) analisou uma série de textos desse período, entre eles, crônicas de Roi Fernández de Santiago e Fernão Lopes, poemas de Afonso Sanches, Joan Soares Coelho, Lopo Lias e João Garcia de Guilhade, uma cantiga de Dom Dinis, um relato chamado “A Notícia do Torto” e um documento oficial chamado “Carta dos Juizes de Abrantes”. A partir de sua análise, o autor constatou o seguinte.

[...] a próclise é utilizada em muitas situações em que hoje, a ênclise seria utilizada em Portugal, incluindo em posição inicial de oração. Se constata, por conseguinte, a flexibilização das colocações pronominais mesmo nesse período que foi, segundo Teyssier, o período de fixação da ênclise em Portugal. (ibid., p. 30).

Essa constatação reforça a tese, antes exposta, de que o PA era flexível em muitos aspectos sintáticos assim como o PB ainda o é. Resumindo a linha argumentativa, podemos sugerir o seguinte: a posição dos clíticos era variável no PA; no início do período arcaico, predominava a ênclise, porém na passagem para o período moderno houve uma emergência da próclise; o PE dirimiu a tendência proclítica e normatizou a ênclise, enquanto que o PB conservou a flexibilidade clítica do PA, salientando a tendência proclítica trazida no século XVI ao Brasil.

3.2. VARIAÇÃO DA CONCORDÂNCIA

Joseph Huber, filólogo alemão autor de *Altportugiesisches Elementarbuch* (Gramática do Português Antigo), publicada originalmente em 1933, notou alguns casos correntes no PA em que ocorria variação de concordância entre sujeito e predicado. Huber (1986, p. 152-154) faz os seguintes comentários a cada um desses casos.

443. *nẽhũa cousa* (‘nada’) é tratado como masculino: *Nom lhes foi reveledo nẽhũa* (Euf. 362). *Nom foi a nos demonstrado nẽhũa cousa* (Euf. 362).

Também *gentes* se liga por vezes, no sentido de *homens*, a um predicado masculino: *Muytas hi há de gentes... que som avyados a perdiçon* (TA. 50).

444. Quando de dois sujeitos um é masculino e o outro feminino, o predicado encontra-se na forma masculina: *A alma e o corpo ... foram ajuntados em hũu* (Corte imperial, p. 215 segundo Dias, *Syntaxe*, p. 16). *As suas mãaos e os seus braços eram muy delleitosos pera veer* (da Corte imperial em TA. 61).

445. Quando de dois sujeitos um está na 1.^a pessoa e o outro na 2.^a ou 3.^a pessoa do sing., o respectivo predicado encontra-se na 1.^a pessoa do plural: *Padeçemos vós e eu* (CG. III, 75). *Si eu e a raina formos mortos, ...* (1214).

446. Por vezes, apesar de existirem dois sujeitos, o predicado encontra-se no singular: *E per esta guisa morreo o lobo e a rraposa* (Fab. 32).

Isto verifica-se especialmente quando os sujeitos são sinônimos: *A emjuria e vergonça nom he d’aquell que a rrecebe, mays He d’aquelle que a faz* (Fab.

18). *Muyta foi a alegria e folgança* (TA. 95). Note-se em ambos os casos a omissão do artigo definido no segundo sujeito.

Nota: Para *hi ha* ou *i á* (= fr. *il y a*) pode aparecer um sujeito no singular ou no plural: *outros i á; muytas hi ha de gentes*, cf. § 443.

447. Quando o sujeito apresenta uma forma de singular, mas tem significação de plural, o predicado encontra-se no plural: *E logo ... se ajuntarom deante Santo Antonio tamanha multidom de pexes grandes e pequenos* (Milagres de Sto. Antonio 1). – *toda a cristãidade que está e ã grã coyta* (Nunes 49).

É interessante o seguinte exemplo pelo fato de o predicado para o mesmo sujeito (*gente*) aparecer uma vez no singular e outra no plural: *Toda gente te lança de ssy com nojo de que de ty han* (Fab. 23); cf. Leite de Vasconcellos, *O livro de Esopo*, 1906, pág. 111.

448. Mais raro é encontrar-se o predicado no singular quando o sujeito vem no plural: *E hi morreo grandes gentes* (Nunes 52). Contudo isto parece apenas verificar-se quando o predicado antecede o sujeito.

Os casos relatados nos parágrafos 444 e 445 são previstos mesmo nas gramáticas europeias e, embora tenham causado estranheza a Huber, são irrelevantes no momento. Entretanto, os casos expostos nos parágrafos 443, 446, 447 e 448 são variações de concordância perfeitamente normais no atual PB, aparentemente não usuais no PE padrão.

Scherre e Naro (2007) trazem outros exemplos de variação de concordância no PA:

- (1) *mas DAVA* (3ª sg.) *lhe gram torva as portas çarradas* Vida e Feitos de Júlio César, p. 224, cxxxix
- (2) *a todos aqueles que se fazem* (3ª pl.) *afora da carreira do pecado e TORNA* (3ª sg.) *a direita carreira* A Demanda do Santo Graal, xxi, 160, p. 223
- (3) *Entom os parentes OUVE* (3ª sg.) *conselho e confessaron* (3ª pl.) Os Diálogos de São Gregório, 1.24.23 (35)
- (4) *Aqueles que, da gente d'Alexandria, REINO* (3ª sg.) *no Egipto*. Vida e Feitos de Júlio César, p. 554, 1.12

Para reforçar a tese de que PB herdou do PA essa flexibilidade na concordância, os autores mostram que “as restrições variáveis que controlam os contextos em que a variação ocorria na escrita anterior a meados do século XVI são as mesmas válidas hoje em dia no português falado do Brasil para todas as restrições suscetíveis de testes empíricos nos dados reais antigos.” (SCHERRE e NARO, 2007, p. 153). Tal constatação parece ser uma evidência bastante favorável à tese do conservadorismo.

3.3. USO DA PREPOSIÇÃO EM COM VERBOS DE MOVIMENTO

Outro ponto bastante recorrente na diferenciação entre o PB e o PE é o uso da preposição em com verbos de movimento – inexistente no PE padrão (que determina o uso da preposição *a*) e predominante no PB vernacular (*vou no banheiro, cheguei em casa, cheguei na cidade* etc.).

Como afirma Piacentini (2004, p. 60), “já no tempo do português arcaico havia grande emprego de verbos de movimento com a preposição *em* no lugar de *a*. Portanto, nada de novidade em “chegou em São Paulo, chegaram no aeroporto”. Segundo Mattos e Silva (1989,

p. 628, grifo meu), “no português arcaico, por vezes a preposição *a* expressa a permanência ou a situação resultante de um movimento para um ponto de chegada, **o que também poderia ser expresso pela preposição *em*.**”

Logo, se o PA permitia o emprego de ambas as preposições (*a* e *em*) com verbos de movimento e o PB mantém essa possibilidade, ao passo que o PE inovou, restringindo o uso apenas à preposição *a*, então podemos falar em conservadorismo do PB.

3.4. USO DO ARTIGO DIANTE DE POSSESSIVO ADJETIVADO

Desde o século XIX, o uso do artigo diante de possessivo é categórico e generalizado no PE, enquanto que no Brasil esse uso é variável. Costa (1999) verifica que, no PA, esse uso também era variável desde o século XIV, pelo menos. Portanto, como admite Mattos e Silva (2004, p. 136) “se se pensar em conservadorismo, o português brasileiro manteve o uso histórico variável.”

Said Ali (1964) tentou contestar esse argumento recorrendo à obra de Alexandre Herculano. O emprego categórico do artigo diante de possessivo teria se generalizado em Portugal a partir do século XIX, porém esse gramático procura mostrar que, em pleno século XIX, a lírica de Herculano apresentava apenas 29% da construção artigo + possessivo. A partir desse dado, argumenta que tal variação não é um conservadorismo do PB em relação ao PA, mas um fato da língua portuguesa presente tanto na Europa quanto na América.

A questão, porém, traz à tona um ponto bastante polêmico no que se refere ao tratamento diacrônico de línguas: o recurso à língua literária quando se quer tratar da língua natural, a língua falada. É consenso que a língua literária – especialmente a poesia, cuja sintaxe está muitas vezes submissa à métrica – não serve de parâmetro para verificar o estado de uma língua em determinado tempo. Isso, de certa forma, invalidaria o argumento de Said Ali.

Obviamente, a mesma crítica poderia ser feita aos que recorrem a textos escritos para resgatar o PA. Nesse caso, entretanto, há algumas diferenças consideráveis. Em primeiro lugar, antes da invenção da prensa, no século XV, que uniformizou sobremaneira a escrita e alargou a distância entre a língua escrita e a língua falada, as pessoas escreviam de modo a transcrever sua própria fala. Em segundo lugar, a poesia medieval mantinha laços muito mais estreitos com a tradição oral do que a poesia romântica de Herculano. E, em terceiro lugar, como advogam Scherre e Naro (2007, p. 145):

[...] faz-se necessário levar em conta que, pelo menos até meados do século XVI, a norma codificada não estava tão bem estabelecida em Portugal como no período seguinte, às vezes considerado clássico. Por essa razão, podemos tentar surpreender indícios de variações populares ou dialetais nos documentos escritos anteriores ao período clássico.

Por esses motivos, parece-me razoável afirmar que textos escritos do período arcaico são válidos para “surpreender indícios de variações dialetais”, conquanto a lírica de Alexandre Herculano não seja uma fonte confiável para atestar a permanência dessa flexibilidade no uso do artigo no PE do século XIX. Por conseguinte, fico com a posição de autores como Paul Teyssier (1997, p. 84), segundo a qual “O Brasil conserva a possibilidade de empregar os possessivos sem artigo em casos em que Portugal já não o faz; ex.: meu carro”, ao invés de “o meu carro”.

3.4. PERÍFRASE FORMADA POR ESTAR + GERÚNDIO

Como admitem Cunha (1986) e Paiva Boléo (1974), a construção *estar (andar, etc.) + gerúndio*, preferida no Brasil, é a mais antiga no idioma e ainda tem vitalidade em dialetos centro-meridionais de Portugal (principalmente no Alentejo e no Algarve), nos Açores e nos

países africanos de língua oficial portuguesa. “Os escritores portugueses e brasileiros contemporâneos preferem, obviamente, a construção predominante em seus respectivos países, mas servem-se supletivamente da outra” (CUNHA, 1986, p. 221).

Mattos e Silva (2004), que questiona também esse ponto, lembra que esse fato sintático foi estudado pelo filólogo sueco Bertil Maler, em 1972, que analisou textos poéticos e teatrais do século XVI e verificou que essa variação já acontecia então. Para a autora, isso muda um pouco a questão: se ambas as perífrases eram possíveis no PA, alguma delas era mais regular? qual surgiu primeiro?

Respondendo – não de modo definitivo – a esses questionamentos, cabe observar que, além de Cunha, Boléo e outros especialistas insistirem em afirmar que estar + gerúndio é a construção mais antiga, é significativo o fato de Huber (1986), em sua Gramática do Português Antigo (baseada em textos que vão desde os primórdios do PA, no século XII, até o século XV), não ter feito nenhuma menção à construção estar + a + infinito (típica do PE) e, por outro lado, ter dado destaque à perífrase que utiliza o gerúndio, atestando sua normalidade.

367. *andar, ir, ser* ou *ficar* + gerúndio usam-se muitas vezes para formar a linguagem perifrástica do verbo simples:

- a) *Paununcio andava catando algu~u home~ santo (Euf. 357). Sempre andou buscando os hermos (TA. 64). Seu abade Sam Be~ento ho amoestou muytas vegadas que nõ andasse vaguejando pelo mundo (TA. 45). A aguia, andando buscando caça pera seus filhos, achou os filhos da raposa (Fab. 13).*
- b) *Pela ribeira do rio cantando ía la dona-virgo (CV. 767). Foi correndo ao abade (Euf. 365). Eu mui passo fui-mi achegando (CV. 454). Foi (fui) poderia também ser pret. perf. definido de seer ‘ser’, cf. § 401, 5.*
- c) *Seve chorando CD. 1660. Seve jurando CD. 1661. Quanto a seve, cf. § 404, 2.*
- d) *Per esta guisa o leom ficou chorando (Fab. 16).*

368. *estar* + gerúndio designa uma acção que está precisamente a decorrer num certo momento e ainda não terminou; por exemplo: *Está a aquella freesta fallando com Dom Galvam (Gaal 1). – Ela s’estava queixando (CD. 448). – estar comendo (Fab. 12).* (HUBER, 1986, p. 211).

Esses fatos sugerem que, se a perífrase com o gerúndio não é a forma mais antiga, foi ao menos a forma mais regular no PA. Consequentemente, faz sentido afirmar que o PB é mais conservador por ter mantido essa construção, enquanto que o PE fez emergir a perífrase com o infinitivo preposicionado.

3.5. OBJETO DIRETO PREPOSICIONADO

Gonçalves e Basso (2010) observam que os sessenta anos em que Portugal esteve sob domínio espanhol (de 1580 a 1640) se fizeram sentir na língua de diversas maneiras, pois nesse período o espanhol se tornou uma língua de prestígio em Portugal. Do ponto de vista estrutural, os autores citam o objeto direto preposicionado (típico da língua espanhola), que foi incorporado ao português. Ex.:

- *Amar a Deus*, ao invés de *Amar Deus*.
- Não a ti, Cristo, odeio ou te não quero. (Fernando Pessoa)
- Rubião, esqueceu a sala, a mulher e a si. (Machado de Assis)
- Não amo a ninguém, Pedro. (Camilo dos Anjos)

Essa construção, que é aparentemente comum no PE falado, parece nunca ter vingado no PB de fato, exceto em alguns usos literários, como no exemplo de Machado de Assis, exposto acima. Esta, porém, é apenas uma hipótese que avento, sem nenhum fundamento empírico que lhe dê suporte.

3.6. NEGAÇÃO REPETITIVA

Cabe citar, ainda, um último aspecto sintático considerado como conservadorismo do PB por Noll (2008, p. 278): a negação repetitiva da fala coloquial brasileira (*não quero não*). Segundo o autor, esse fenômeno não ocorre mais no PE, embora fosse frequente no PA. Tal processo tem paralelos em outras línguas românicas, como o francês, por exemplo, e fenômenos equiparáveis a ele, como o redobro, estão na base do latim vernacular que serviu de substrato ao PA.

4. IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE LATIM NO BRASIL

A proposta que pretendo aventar aqui talvez pareça forçada à primeira vista, mas pode render novas razões e motivações ao ensino de latim como disciplina curricular dos cursos de Letras-Português do Brasil, haja vista a crise que esta disciplina enfrenta atualmente³.

A ideia básica é a de que há numerosas conexões LATIM-PA-PB das quais a variedade padrão do PE não participa, e isso é uma razão extra e particularmente interessante para estudar latim no Brasil. Depurando a hipótese, podemos supor o seguinte:

- 1) se o PB é mais próximo do PA do que o PE e conserva mais sua latinidade do que este – que já não é mais sequer sentido auditivamente como uma língua românica;
- 2) se o PA manteve um grande volume de características do latim vulgar (sua língua de substrato) e, a despeito dos superstratos germânicos e árabes que incidiram sobre ele, é um estágio estável imediatamente posterior ao latim vulgar;
- 3) então estudar latim pode ser especialmente relevante para entender a formação do PB e, assim, gerar no estudante uma consciência linguística que lhe dê autonomia para pensar sua própria língua, livre juízos colonialistas⁴ e com alguma profundidade.

É claro que, partindo da ideia de que voltar ao passado da língua pode ser produtivo para entender sua formação e os processos em curso no presente, poderíamos pretender estudar o itálico (anterior ao latim) ou o indo-europeu (anterior ao itálico). No entanto, não nos restam dessas línguas recursos filológicos comparáveis em volume e riqueza ao material que nos legaram os mil anos de história do latim.

Além disso, urge deixar claro que não tenho respostas prontas sobre como conduzir o aprendizado do latim a partir dessa abordagem, mas arrisco apontar alguns caminhos possíveis. A estratégia pedagógica básica que vislumbro é estudar a língua latina tentando remontar, junto com o aluno, a formação do PB desde o latim clássico (expondo as tensões do latim vernacular), passando pelo PA, até chegar ao estado atual, a fim de mostrar como isso pode justificar as peculiaridades do PB.

Silva Neto (1977), quando elenca subsídios para reconstituir o latim vernacular, levanta alguns pontos interessantes que podem ser conectados, em alguns momentos, com os conservadorismos do PB tratados até aqui neste artigo. Em primeiro lugar, é importante considerar que o latim clássico é o dialeto culto do Lácio que prevaleceu diastraticamente em relação ao prenestino e ao falisco, variantes do latim vernacular que se perderam na deriva da língua. O dialeto da elite romana, assim como o prenestino e o falisco, evoluiu a partir do

³ Para mais detalhes sobre a crise do ensino de latim no Brasil, cf. Moura e Borges Neto (1996).

⁴ A abordagem que proponho aqui está em consonância com o debate pós-colonialista voltado para o ensino de línguas estrangeiras, que tem como alguns de seus principais protagonistas Rajagopalan (2005), Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2006), Giroux (1997) e Mignolo (2000).

itálico, uma língua derivada do indo-europeu que se desenvolveu primeiramente naquela região e constituiu a base do latim. Na esteira política do Império, a língua literária dos romanos seguiu adiante, deixando para trás suas variantes concorrentes de menor prestígio.

Entretanto, resquícios dessas formas concorrentes se fizeram presentes sobretudo no latim vernacular. Como afirma Siva Neto (1977, p. 130), “o *sermo usualis* levado às províncias mais antigas pelos soldados, colonos e operários era um falar mesclado de formas itálicas.” No caso do prenestino e do falisco, um resquício evidente é o fenômeno do redobro. Ao mostrar que o latim clássico rejeitava o redobro enquanto que o latim vulgar o mantinha⁵, é possível fazer com que o aluno veja como esse fenômeno persistiu no PA e no PB (assim como em outras línguas neolatinas). O conservadorismo brasileiro da negação repetitiva, por exemplo, tem alguma relação com esse aspecto.

Em segundo lugar, nos poucos documentos do latim vernacular restantes, em especial no *Appendix Probi*⁶, são fartos os exemplos de alçamento das vogais pretônicas, tal como acontece no PB, seguindo a tendência do vocalismo conservador: *aquaeductus non aquiductus, doleus non dolium, vinea non vinia, umbilicus non imbilicus, cavea non cavia* etc. Por vezes, o latim clássico assumiu vocábulos que refletiam essa tendência, por vezes rejeitou. No caso, novamente é possível mostrar, ao ensinar o latim, essa tensão existente, comparando registros cultos e vernaculares, documentos do PA etc., e despertando a consciência do aluno para como isso se tornou norma no PB atualmente.

No plano sintático, nunca é demais lembrar que o uso da preposição em para ligar verbos de movimento aos seus complementos era norma até mesmo no latim clássico (*in urbem venire*). Como observei antes, essa possibilidade existia no PA e, hoje, é considerada um conservadorismo do PB em comparação com o PE. Eis um exemplo evidente da conexão LATIM-PA-PB da qual a variedade padrão do PE não participa. A esse respeito, vale lembrar que

Desde o séc. I nota-se confusão entre o acusativo e o ablativo, mas tal fato só se generaliza a partir do séc. III: assim é que encontramos a prep. *Cum* regendo acusativo: *cum discentes suos* (C.I.L. IV⁷, 275), *cum sodales* (idem, IV, 221) *cum nepotes* (idem, IX, 1938). Em consequência, por ultra-correção, vemos nos textos tardios o ablativo frequentemente empregado no lugar do acusativo. Bechtel observa, no seu comentário da *Peregrinatio Aetheriae* (pág. 94-101), que o uso de *in* + acusativo é três vezes mais freqüente que o emprego padrão de *in* + acusativo. (SILVA NETO, 1979, p. 250).

Ainda no plano sintático, a questão da ausência de artigo antes de possessivo (possível no PA e no PB e impossível no PE), embora um pouco nebulosa e controversa, pode ser iluminada com o estudo do latim. Quintiliano, em *Institutio Oratoria*, afirmou, um pouco pretensiosamente⁸, que “*noster sermo articulos non desiderat*” (nossa língua não precisa de

⁵ Silva Neto, em *História do Latim Vulgar* (1977), dedica um capítulo inteiro a elencar textos em que a língua latina falada se faz notar (p. 99-124). Em muitas dessas fontes, o redobro é perceptível.

⁶ O *Appendix Probi* é um apêndice a uma gramática do século IV, no qual se compilam ditos erros de pronúncia comuns na época.

⁷ O *Corpus Inscriptionum Latinarum* (citado em bibliografia e compilações de fontes como C.I.L.) é uma compilação exaustiva das inscrições epigráficas latinas da antiguidade. O CIL inclui todos os tipos de inscrições latinas de todo o Império Romano, organizadas geográfica e tematicamente. O volume IV intitula-se *Inscriptiones Pompeianae, Herculenses, et al.*, trazendo principalmente as inscrições de Pompeia. O volume IX, intitulado *Inscriptiones Calabriae, Apuliae et al.*, traz inscrições da Calábria, dentre outras regiões.

⁸ Embora seja consenso que só possível falar na existência de artigos definidos no latim a partir do século V, em Plauto e Petrônio, que retrataram o latim vernacular, é possível encontrar diversos exemplos em que numerais e

artigos). Se o latim clássico não possuía artigo era por causa da autonomia de cada um dos termos da frase, mas à medida que se atrofiava a flexão o demonstrativo assumia o papel de artigo. Portanto, o artigo nasceu do desejo de expressividade e de clareza. Todavia, esse nascimento foi um tanto acidentado, como sugere esta afirmação de Meillet (1933, p. 131):

O grego, onde a declinação perdeu na prática todas as formas de caso, passou a ter o artigo por volta da época em que a prosa se desenvolveu. No latim, ao contrário, a língua escrita se fixou antes da constituição do artigo, e, como esta língua não sofreu nenhuma grande mudança ao longo de sua história antiga, o latim escrito jamais teve artigo. No fundo, há aqui sobretudo um acidente de cronologia: a fixação da língua literária antes ou depois do momento em que o artigo se desenvolveu no falar corrente.

Portanto, o fato de o latim escrito não ter acolhido a invenção vernacular do artigo definido pode ter respingado na eventual ausência de artigo no PA (e no PB), uma vez que o possessivo já cumpria uma função determinante. Esta, porém, é uma hipótese que evidentemente requer aprofundamento e verificação.

Com relação à perífrase de verbo existencial + gerúndio (imprópria no PE padrão, típica do PB e comum no PA), vale lembrar que, como apontou Stanko Skerlj (1926), mesmo no latim, o particípio presente e o gerúndio estavam em competição. Ambas as formas exprimiam concomitância temporal, ideia adjetiva e expressão adverbial através de proposições circunstanciais de modo, simultaneidade, tempo, causa, condição e concessão. “A razão mais forte do sucesso do gerúndio foi, porém, o fato de que o particípio presente perdeu a sua força verbal, a faculdade de exprimir ações verbais.” (SKERLJ, 1926, p. 70). Considerando isso, acredito que não é forçado admitir que, desse papel adverbial que já era desempenhado pelo gerúndio no latim, surgiu a perífrase de verbo existencial + gerúndio – típicas no PA e no PB.

O caso da próclise do pronome átono, por sua vez, chega a ser uma obviedade para qualquer romanista. O latim dava absoluta liberdade ao posicionamento do pronome na frase e, mesmo quando a ordem passou a ser fixada, a tendência da grande maioria das línguas românicas foi a próclise. A ênclise e a mesóclise são fatos muito peculiares do PE aos quais o PB vernacular parece estar imune, seguindo a tendência das demais línguas românicas. O estudo do latim pode trazer essa consciência ao aluno e livrá-lo do receio de infringir a gramática europeia ao empregar a próclise com naturalidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tudo o que expus neste texto, reitero que, embora não haja necessariamente nenhum motivo de orgulho em conservar características arcaicas da nossa língua, o conservadorismo do PB pode ser, sim, explorado de diferentes maneiras. Acredito, por exemplo, que este seja um aspecto a ser considerado por formuladores de políticas linguísticas ou por linguistas prescritivos. Como se não bastassem os motivos pragmáticos – isto é, “nós falamos assim, é assim que nossa língua funciona, e isso é suficiente para que esses fenômenos sejam inclusos na nossa norma padrão” – o argumento do conservadorismo pode ter um peso maior sobre aqueles que atribuem certas diferenças entre o PB e o PE à ignorância dos brasileiros às normas da gramática portuguesa que sempre nos foi imposta. Os aspectos sintáticos abordados são flagrantes nesse sentido.

No que se refere às implicações dos conservadorismos do PB para o ensino do latim no Brasil, gostaria de enfatizar que o estudo da língua latina pode iluminar inúmeras outras

demonstrativos funcionavam como artigos. Daí se supõe que Quintiliano tenha sido pretensioso ao afirmar categoricamente que o latim não precisava de artigos, uma vez que eles já se insinuavam no falar corrente.

questões além das que considere aqui, isto é, não foi minha pretensão sugerir que o ensino de latim deve se restringir a mostrar as conexões entre latim, PA e PB. Diferente disso, acredito que essas conexões podem entrecortar o ensino da gramática clássica, trazendo esse assunto para mais perto da realidade do aluno brasileiro e oportunizando a ele a criação de uma consciência autêntica da formação de sua própria língua.

Por fim, faço questão de salientar também que, embora eu acredite no potencial das hipóteses ali feitas, a segunda parte deste texto decorre de um trabalho de pesquisa incipiente, pelo que as considerações feitas nela ainda não estão perfeitamente formuladas, carecem de dados e esperam a devida verificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. (Eds.). **The post-colonial studies reader**. 2. ed. Oxford: Routledge, 2006.

BAXTER, A. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do estado da Bahia. In: ANDRADE, E. d'; KIHM, A. (eds.). **Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa**. Lisboa: Colibri, 1992. pp. 7-35.

CASTILHO, Ataliba. O Português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1999.

COSTA, Iraneide Santos. **Uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa: período arcaico**. 1999. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

CUNHA, Celso. Conservação e Inovação no Português do Brasil. In: **O eixo e a roda**. Belo Horizonte, Vol. 5, 1986.

EIDELWEIN, Mathias. **A próclise dos pronomes oblíquos átonos em posição inicial: uma perspectiva linguístico-histórica**. 2010. 62 f. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Artes Médicas: Porto Alegre, 1997.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu; BASSO, Renato Miguel. **História da Língua**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

HOLM, John. Creole influence on Vernacula Brazilian Portuguese. In: Gilbert Glenn (ed.). **Pidgin and Creole Languages**. Honolulu: University of Hawai Press, 1987. pp. 406-429.

HUBER, Joseph. **Gramática do Português Antigo**. Trad. port. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Gulbenkian, 1986.

INSTITUTO CAMÕES. Variação e Norma em Português. **A Pronúncia do Português Europeu**. Lisboa: Instituto Camões de Portugal, 2006. Disponível em: <<http://cvc.instituto->

camoes.pt/aprender-portugues/a-falar/pronuncia-do-portugues-europeu.html>. Acesso em 31 out. 2011.

LABOV, William. **Principles of linguistic change. Volume 1: Internal factors (Language in Society 20)**. Oxford: Blackwell, 1994.

LUCCHESI, D. Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil. **Revista Internacional de Língua Portuguesa 12**, 1994, pp. 17-28.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Estruturas trecentistas – elementos para uma gramática do português arcaico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.

MCWHORTER, J. The Afrogenesis hypothesis of plantation Creole origin. In HUBER, M.; M. PARKVALL (eds.). **Spreading the Word**. London: Westminster University Press, 1999. pp. 111-152.

MEILLET, Antoine. **Esquisse d'une histoire de la langue latine**. Paris: Klincksieck, 1933.

MELLO, Gladstone Chaves de. **A Língua do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MIGNOLO, W. **Local Histories/Global designs: Coloniality, subaltern knowledges, and border thinking**. Princeton, NC: Princeton University Press, 2000.

MOURA, A. R.; BORGES NETO, J. A utilização de exercícios estruturais no ensino de latim. In: **Encontros de Linguística e Línguas Clássicas (ELLC)**, n. 2, Curitiba, 1996.

NOLL, Volker. **O Português Brasileiro**. Trad. de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.

PAIVA BOLÉO, M. **Estudos de linguística portuguesa e românica**. Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1974.

PARKVALL, Mikael; LÓPEZ, Laura Álvarez. Português Vernáculo Brasileiro e a Hipótese da Semi-Crioulização. **Revista da ABRALIN**. Vol. 2: 1, 111-152, 2003.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. A sobrevivência das línguas africanas no Brasil: sua influência na linguagem popular da Bahia. **Afro-Asia (UFBA)**, Salvador, v. 4-5, p. 25-34, 1967.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; Topbooks, 2001.

PIACENTINI, Maria Tereza de Queiroz. **Língua Brasil: Crase, Pronomes e Curiosidades**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

RAJAGOPALAN, K. Postcolonial world and postmodern identity: some implications for language teaching, **DELTA** v.21 n.spe São Paulo, 2005.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SILVA NETO, Serafim da Silva. **A língua portuguesa no Brasil**. Problemas. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1960.

SILVA NETO, Serafim da Silva. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

SILVA NETO, Serafim da Silva. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1950.

SKERLJ, Stanko. **Syntaxe du participe présent et du gérondif en vieil italien**. Paris: É. Champion, 1926.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.